

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Território Nipo-brasileiro: a constituição da Colônia Japonesa no Brasil

Sidinalva Maria Wawzyniak*

Resumo: Este estudo tem como objetivo a análise da imigração japonesa, para o Brasil, no período de 1908 a 1970. Para tanto, procedeu-se a uma abordagem da estratégia da reativação de valores que permeavam a sociedade de origem e que ficaram latentes, por longo período, criando elos que permitiriam o estabelecimento de uma rede de relacionamentos que configuraram opções coletivas de "ser japonês", na sociedade brasileira. Essa análise das estratégias, postas em prática pelos imigrantes japoneses para recriar seu universo cultural na terra de adoção, trouxe à tona os valores família, trabalho, educação e religião, tomados como os mais representativos dessa construção. A partir desses valores, foi possível perceber as articulações realizadas por esses imigrantes na constituição da identidade nipônica e do grupo étnico, assim como as estratégias de inserção à sociedade local, e a criação de espaço singular, denominado "Colônia".

Palavra Chave: colônia, grupo étnico, valores, estratégias

Abstract: This study has as its objective the analysis of the Japanese immigration to Brazil, in the period between 1908 and 1970. In order to do that, the approach was to focus on the strategy to reactivate the values that permeated the society of origin, that remained latent for a long period of time, creating bonds that allowed the establishment of a network of relationships that determined collective options to "be Japanese", in the Brazilian society. This analysis of the strategies put to work by the Japanese immigrants to recreate their cultural universe in their new adopted home, brought up family values, work, education and religion, considered the most representative in this construction. From these values, it was possible to perceive the articulation performed by these immigrants in the construction of the niponic identity and the ethnical group, as well as the insertion strategies into the local society and the creation of a singular space called, "Colony".

Keywords: colony, ethnical group, values, strategies

Em sessenta anos de permanência no Brasil, considerando-se o período deste estudo (1908-1970), os japoneses concretizaram um percurso que gradativamente demarcou fronteiras simbólicas e imprimiu à sua presença uma singularidade advinda das escolhas e das estratégias utilizadas desde seus primeiros momentos no Brasil.

Para manter o elo de pertencimento à sociedade de origem e, ao mesmo tempo, negociar os termos de sua inserção em uma outra sociedade, eles estabeleceram relações que

* Universidade Tuiuti do Paraná, Doutora em História UFPr

incluíam valores culturais como família, trabalho, educação e religião. Portanto, buscaram em sua tradição os fatores que lhes possibilitaram a construção de uma representação simbólica em terras estrangeiras.

Se para emigrar os nipônicos tiveram de providenciar um novo arranjo familiar, chegando a compor o que foi denominada “família confusa”, aos poucos foram recompondo a experiência de família patriarcal da qual seus ancestrais e eles provinham. Assim, fundamentada na hierarquia – encabeçada pelo pai ou o primogênito –, na tradição e herança cultural – que significa assumir a responsabilidade pela reprodução e manutenção do grupo doméstico, a família que se reproduz no Brasil também se organiza como uma unidade de produção, aproximando-se cada vez mais do conceito de *ie*.

Aos japoneses, esse fortalecimento compartilhado possibilitou-lhes a preservações de padrões específicos da sua cultura e ao mesmo tempo deu elementos para a construção de sua identidade cultural no Brasil.

Os imigrantes das primeiras levadas manifestavam certa preferência em casar seus filhos com japoneses oriundos da mesma região ou província. No Japão, para proporcionar um sentimento de segurança, os arranjos, nesse período, eram realizados na própria aldeia, ou em aldeias vizinhas, espaço do qual o indivíduo tinha o controle, ou seja, podia ter as informações a respeito do noivo ou da noiva, sobre a vida da família e dos antepassados, se havia registro de doenças hereditárias, além de outras informações capazes de manter a unidade e a atividade econômica do grupo doméstico.

Entretanto, ainda que a preferência absoluta fosse pelo casamento endogâmico, desde as primeiras décadas há registros de casamentos interétnicos. Portanto, tem-se uma demonstração de que alguns dos imigrantes buscaram ampliar a sua rede de relações e estabelecer alianças fora de seu grupo de referência.

Apesar dessa constatação, ainda nas décadas de 1960 e 1970 essa modalidade de casamento não foi muito freqüente, pois a continuidade na constituição da família a partir da própria rede de relação étnica, visava “a continuidade da família patrilineal, virilocal, com inibição dos individuais e com nítida acentuação dos valores hierárquicos” (VIEIRA, 1973:303).

Na esteira da reflexão de Vieira, o casamento interétnico poderia representar a quebra na organização de um modelo familiar cujos alicerces estavam plantados em padrões tradicionais de ordem, dever e interesses compartilhados pelo grupo étnico. Assim, ao optar por esse tipo de união conjugal, o moço ou a moça “deixou de ser um membro do grupo, negou a

solidariedade grupal mantida por oposição, renunciando assim aos valores essenciais e à orientação tradicional” (VIEIRA, 1973:316).

Pode-se afirmar, em síntese, que o modelo de estrutura e organização da família no Japão trazido para o Brasil, desde 1908, acompanhou os indivíduos que passaram a fazer parte da sociedade nacional e permaneceu após a década de 1940. Porém, a ele foram acrescidos outros valores culturais, uma vez que a cultura é dinâmica e vai se atualizando no tempo e no espaço, pois a representação requer a inserção de novos elementos que a atualizem.

Assim, o segundo valor agregado à vivência japonesa em um novo território foi o relativo à educação e à escolaridade.

Nos primeiros anos de permanência no Brasil, a escola seria, para os japoneses, a instância em que os traços culturais seriam difundidos e compartilhados. Esse espaço serviu para afirmar a representação do pertencimento à nação japonesa, pois era ali, por exemplo, que se celebrava o aniversário do imperador e, em especial, o filho do imigrante aprendia a falar e escrever em japonês. Posteriormente, a educação transforma-se em estratégia para facilitar a inserção na sociedade brasileira. Ao encaminhar seus filhos à universidade, os imigrantes estavam assegurando tanto a manutenção do grupo como sua ascensão social.

A preocupação dos nipônicos estava voltada para a formação dos seus filhos dentro de suas tradições, tendo como aspiração a prática educacional no Japão. Tentaram reproduzir na sociedade brasileira "as mesmas atitudes e comportamentos", pois a continuação de uma formação educacional, a partir de uma matriz japonesa que deu "prioridade à difusão da educação" como um dos pontos fundamentais de desenvolvimento social, tinha como objetivo preparar os filhos para o momento do retorno à terra natal.

Dessa forma, dadas as dificuldades para a educação de seus filhos por falta de estabelecimentos escolares e, isto quando havia, a distância entre elas e os locais de moradia, onde existia um número maior de imigrantes, logo era providenciada a criação de escolas. Nelas, privilegiava-se o ensino da língua japonesa, ao lado da "geografia e a história do país de origem, cultivando o amor a pátria dos ancestrais"(MIYANO, 1980:91).

Para o imigrante japonês, a escola era um dos espaços de excelência para a afirmação de seus valores culturais já que pela educação o grupo pôde produzir e reproduzir normas e códigos de comportamento da sociedade de origem, mesmo sofrendo as influências do contexto brasileiro. Assim, a escola tornou-se um elo que manteria as "marcas de origem" e as diferenças entre o grupo de imigrantes e a sociedade em geral. Isto, principalmente na perspectiva de uma permanência temporária, pois, "Se regressar ao Japão, levando estes filhos que não sabem ler nem falar japonês, teria que enfrentar o problema de comunicação entre

país e filhos e destes com parentes e amigos. E acima de tudo, seria uma vergonha para um súdito nipônico" (MORI, 1992: 123).

A busca da preservação e manutenção da diferença mediante a educação, por parte dos imigrantes e das organizações por eles criadas, foi uma atitude de fechamento do grupo na perspectiva de reativar e atualizar continuamente a consciência de sua cultura de origem e do papel que os nipônicos deveriam desempenhar para não perder o vínculo com o seu país. Foi também uma forma de manter uma representação da sociedade japonesa em um território estrangeiro (CUCHE, 1999:225-227).

Tal posição está relacionada à cultura de origem dos imigrantes, de uma forma geral, na medida em que a ela condiciona o comportamento dos indivíduos, tornando-se necessário "o sangue vital, ou talvez, antes, a atmosfera partilhada mínima, apenas no interior da qual os membros de uma sociedade podem respirar, sobreviver e produzir" (HALL, 1983:59). Daí porque a perspectiva da perda desse legado criava um dilema para o imigrante que pensava no Brasil como um local de passagem.

Em contrapartida, uma forte campanha de nacionalização pretendia que os descendentes de imigrantes, de qualquer origem, se abrissem, "à força, se necessário" (SEYFERTH, 1996:57). No que tange aos imigrantes japoneses, as interdições afetariam principalmente a manutenção de suas organizações culturais, em especial aquelas que primavam pelo ensino da língua japonesa.

No transcorrer da Segunda Guerra Mundial, a formação escolar dos descendentes de japoneses, estreitamente vigiada pelas autoridades brasileiras, acabou por se transformar em ato de resistência: As escolas japonesas foram fechadas e, para as crianças que queriam estudar japonês à força, tinham que ir à noite escondidas (Diário da família Yoshii. Janeiro de 2001).

Observa-se, ainda, que, ao isolar os imigrantes japoneses proibindo qualquer forma de comunicação, o governo possibilitou a geração de informações confusas que acabaram por incentivar a criação de uma organização que refutava a derrota do Japão.

O investimento na educação de seus filhos tomaria, então, outros rumos, que considerariam agora a perspectiva de ascensão social. Para tanto, recorreram à remigração da família ou ao envio dos filhos para centros onde houvesse oportunidade de formação e profissionalização.

A partir da década de 1950, tendo aumentado o deslocamento dos descendentes para centros urbanos com a finalidade de dar continuidade aos seus estudos, foi-lhes possível galgar melhores oportunidades de trabalho e remuneração.

Sendo assim, é possível afirmar que nos primeiros anos de permanência no Brasil, a escola seria, para os japoneses, a instância em que os traços culturais seriam difundidos e compartilhados. Esse espaço serviu para afirmar a representação do pertencimento à nação japonesa, pois era ali, por exemplo, que se celebrava o aniversário do imperador e, em especial, o filho do imigrante aprendia a falar e escrever em japonês. Posteriormente, a educação transforma-se em estratégia para facilitar a inserção na sociedade brasileira. Ao encaminhar seus filhos à universidade, os imigrantes estavam assegurando tanto a manutenção do grupo como sua ascensão social. Em paralelo, trataram de criar clubes e centros para onde se transferiu a garantia da propagação dos significados culturais que reforçam a identificação japonesa. Além desses espaços, a religiosidade privada e os templos foram outro fator fundamental de agregação daqueles grupos em território brasileiro.

Da dimensão religiosa é que essa identificação receberia os contornos mais precisos, na medida em que por meio dela foram reiterados os códigos de atitudes e comportamentos, seja perante o grupo doméstico, com o culto dos antepassados, seja diante da comunidade, com o culto ao imperador. Assim, o aspecto religioso ordenou e controlou a vida social do imigrante, e isto mesmo que os rituais tivessem permanecido por um tempo no âmbito do privado. É nessa dimensão que se verifica o pensamento essencialmente japonês, que refuta a existência de um deus único para buscar a divindade em todas as coisas, pessoas e fatos.

Entre os imigrantes japoneses que desembarcaram entre 1908 e 1936, a maioria quase absoluta era "budista" e foi registrada como "acatólica", em oposição à religião católica professada no Brasil. Durante esse período, pode-se considerar que a manifestação da religiosidade desses japoneses ocorria no âmbito privado. Somente a partir da década de 1940, quando eles passaram a fundar igrejas ou templos, para além dos espaços domésticos e dos núcleos de colonização, é que essa manifestação assumiria a dimensão pública. Assim, a religiosidade dos imigrantes japoneses no Brasil pode ser pensada tendo por base a concepção de público e privado.

A diversidade de religiões trazidas do Japão (budismo, xintoísmo e religiões desdobradas do xintoísmo) pode ter contribuído também para a não organização imediata do universo religioso quando os imigrantes chegaram ao Brasil, pois vinham de diferentes regiões e possuíam diferentes seitas. Como bem aponta Handa, "o fato de ter sido impossível no Brasil a formação de agrupamentos de imigrantes de uma mesma seita religiosa pode ter sido outro motivo pelo qual a religião não se tornou uma força centralizadora dos imigrantes, do ponto de vista social" (HANDA, 1987:726).

Além disso, como explica Mori, tradicionalmente a vida religiosa japonesa tem "como uma das coordenadas de referência o "culto aos antepassados", que se alicerça na instituição familiar, e a outra, o "culto às deidades da comunidade". Na tradicional instituição da família, o culto aos antepassados era função atribuída ao sucessor, via de regra, o primogênito. A maioria dos imigrantes japoneses era, porém, constituída por segundos ou terceiros filhos, "não-sucessores", que saíam da sua família originária não possuindo antepassados para prestar culto. Portanto, não havia motivo para o culto no Brasil, já que os primogênitos estavam vivos no Japão e com a responsabilidade de realizar o culto aos antepassados. Era corrente os primeiros imigrantes pensarem sobre a religião:

"eu a deixei no Japão, o culto aos antepassados está a cargo do meu irmão mais velho, o primogênito da casa, não restando, portanto, para mim, nenhuma preocupação em termos religiosos. Não há problema nenhum, pois pedi que tomassem conta de tudo até que voltasse" (HANDA, 1987:729).

Em síntese, a organização do universo religioso japonês no território brasileiro "foi de início um fenômeno surgido entre os japoneses e seus descendentes. Mas, no período compreendido entre as décadas de 1960-1970 elas ultrapassaram os limites étnicos, isto é, dos japoneses, e passaram a penetrar amplamente no meio brasileiro, de não descendentes de japoneses" (MORI, 1992:123), para se tornarem de domínio público. Assim, o aspecto religioso ordenou e controlou a vida social do imigrante, mesmo que os rituais tivessem permanecido por um tempo no âmbito do privado. É nessa dimensão que se verifica o pensamento essencialmente japonês, que refuta a existência de um deus único para buscar a divindade em todas as coisas, pessoas e fatos.

Esses valores culturais entrelaçados permitiram a construção de uma etnicidade fundada no pertencimento e na reciprocidade, crescendo na função de aproximar os japoneses pela mentalidade. Dessa forma, os nipônicos já estavam "juntos" mesmo quando percorriam as fazendas paulistas e núcleos, ou se fixavam territorialmente no Brasil. Com isso, o campo simbólico foi sendo tecido estrategicamente por sinais e signos traduzindo uma particularidade cultural que criou "um sistema de relações apenas possível dentro dos limites da comunicação cultural" (CARDOSO, 1998:173). Então, tornou-se factível a criação de uma entidade simbólica, que pode ser denominada "Colônia".

Esse conceito não diz respeito a uma concentração populacional de imigrantes japoneses nem a um espaço geográfico determinado, mas a uma representação simbólica, construída e mapeada pelo imaginário coletivo dos nipônicos na terra estrangeira.

Nessa perspectiva, a “Colônia” se expressa como uma representação da tradição japonesa de organização comunitária, que está sedimentada em “um conjunto de práticas, normalmente reguladas, por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritualística ou simbólica, visando inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM, 1997:9).

A partir da década de 1930, a “Colônia” estabeleceu um elo que propiciou a constituição de uma rede de solidariedade entre os japoneses, permitindo a sobrevivência, nos núcleos, nas pequenas cidades e nos centros urbanos. Após a Segunda Guerra, passou a desempenhar um papel importante na organização da vida dos imigrantes e seus descendentes, uma vez que foi se tornando, para além de ponto de referência e aglutinadora das ações, uma possibilidade sempre aberta para o estreitamento de vínculos entre eles.

A “Colônia”, no período compreendido pelo estudo, constituiu um campo de relações de comunicação e referência que orientava os imigrantes japoneses e seus descendentes; concomitantemente preservou uma identificação étnica valorizando e ressaltando traços culturais que refletiam na sua organização social. Nesse sentido, este “*ie* imaginário”, a “Colônia”, seria a mais evidente representação da nipocidade no Brasil.

REFERÊNCIA

- CARDOSO, Ruth. **Estrutura familiar mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.
- ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 05 maio 1978.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz e Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1987.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KUMASAKA. Y.; SAITO, H. Kachigumi: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

MAEYAMA, Takasi. O antepassado, o Imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil Rural (1908-1950). SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MIYANO, Sussumu. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO, Hiroshi (Org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. USP, 1980.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

MORI, Koichi et al. **Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

SAKAI, Massahiro. O ensino da língua portuguesa no Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 out. 1979.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, **Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1992.